**Uma Reforma Gerencial da Administração Pública no Brasil, Bresser.**

**Francisco Matelli Matulovic – RA 1287850**

**Josie Hesed de Souza Menezes – RA 1283707**

O avanço da globalização colocou como tema central as reformas no Estado no ínicio dos anos 70, mas que no Brasil esse pensamento só chega com a crise econômica de 1990. Essa reforma do Estado deve ser direcionada para consolidar um ajuste fiscal do Estado e melhorar a prestação de serviços públicos.

Com o advento da globalização, Bresser alega que existem dois pensamentos distintos sobre como realizar essa reforma. A linha neoliberal defende o “enxugamento” do aparelho estatal, para que a economia possa ficar menos regulamentada. Também existem umas linhas confluentes de pensamento, que em muito pouco diferem, a social-liberal e a social-democrática, que defendem o fortalecimento do estado e de suas instituições reguladoras, um bom inchaço do aparelho administrativo estatal, para que este possa garantir condições de estimular a capacidade competitiva das empresas, e coordenar adequadamente a equipe.

O ínicio do processo sempre se deu para solucionar problemas de esgotamento de modelos, primeiro foi o modelo burocrático introduzido nos anos 30 por Vargas que ainda permaneceu como uma referência à democracia nos anos de chumbo. Logo após a queda do regime militar esse pensamento volta como um suspiro democrático, que influenciou muito a nova Constituição de 1988.

A administração também passou por algumas fases: da burocrática clássica à gerencial. A primeira é baseada nos princípios da administração do Exército prussiano, fundamentada em um corpo profissional de funcionários, promoções baseadas em mérito e tempo de serviço e uma definição rígida de objetos e meios para atingi-los. Os males desta administração foi o aumento do fisiologismo e clientelismo. A vantagem foi a atenção dada aos problemas de nepotismo, empreguismo e a enorme corrupção.

Já a segunda, a administração gerencial, é atual. Pressupõe-se que o patrimonialismo está condenado e o burocratismo está excluído por ser ineficiente. Alguns dos seus principais contornos já são observados em alguns países, como Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália. A descentralização do ponto de vista político e administrativo, organização com poucos níveis hierárquicos ao invés de pyramidal, organizações flexíveis, controle por resultado e definição dos objetivos a serem atingidos pela unidades descentralizadas.

Algumas medidas também foram aplicadas em relação a folhas de pagamento. Não existia uma política remuneratória para os servidores públicos durante o período autoritário não foi corrigida no retorno à democracia. Alguns ajustes foram propostos, mas mesmo assim os gastos com pessoal só aumentou até 1995, sem que as distorções fossem corrigidas. A explicação para o aumento da folha tem de ser encontrada no aumento dos salários a partir de 1993, e no custo crescente dos servidores inativos é preciso considerar que o Brasil conta com provavelmente o mais generoso sistema previdenciário do mundo

A reforma constitucional foi a mais importante, porque dela depende a maioria das outras, pelo seu caráter constitucional. Além de seu significado administrativo, ela tem um conteúdo político evidente. À medida que suas principais propostas — flexibilização da estabilidade, fim do Regime Jurídico Único, fim da isonomia como preceito constitucional, reforço dos tetos salariais, definição de um sistema de remuneração mais claro, exigência de projeto de lei para aumentos de remuneração nos três poderes— não apenas abre-se espaço para a administração pública gerencial, mas também a sociedade e seus representantes políticos sinalizam seu compromisso com uma administração pública renovada, com um novo Estado moderno e eficiente.

Esta proposta de reforma do aparelho do Estado baseou-se no Plano Diretor da Reforma do Estado, preparado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, aprovado. Em julho de 1995 o governo enviou sua proposta de emenda constitucional, que foi aprovada na Comissão de Justiça com pequenas modificações. No final do ano foi nomeado o relator da emenda, que terminou três meses depois seu relatório, mantendo a maioria das propostas do governo, deixando em suspenso o tema mais difícil: a mudança na estabilidade dos servidores. Até abril de 1997, entretanto, a reforma administrativa não pôde ser votada, dadas as dificuldades que enfrentou o governo na aprovação da reforma da previdência social e a inviabilidade prática de votar duas emendas dessa dimensão ao mesmo tempo. Os revezes sofridos pelo governo na emenda da previdência o enfraqueceram politicamente e faziam prever dificuldades grandes para a emenda administrativa no momento de sua votação, apesar do forte apoio que essa emenda recebia da opinião pública e dos governadores dos estados.